

## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2011

1

Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973	Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2011	Emendas da Comissão de Assuntos Sociais
	Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, <b>estabelecendo</b> a retenção da receita de medicamentos <b>sujeitos à prescrição de profissionais habilitados</b> .	<b>EMENDA Nº 1 - CAS</b> Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2011, a seguinte redação: “Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, <b>para estabelecer</b> a retenção da receita de medicamentos <b>sob regime de controle sanitário especial</b> .”
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	
	Art. 1º O art. 43 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:	<b>EMENDA Nº 2 – CAS</b> Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2011, a seguinte redação: “Art. 1º O art. 43 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 43 - <b>O registro do receituário e dos medicamentos sob regime de controle sanitário especial não poderá conter rasuras, emendas ou irregularidades que possam prejudicar a verificação da sua autenticidade.</b>	“Art. 43 – <b>A dispensação de medicamentos contendo as substâncias listadas na resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, isoladas ou em associação, fica sujeita à retenção de receita e escrituração em farmácias e drogarias.</b>	‘Art. 43. <b>A venda e a dispensação de medicamentos sob regime de controle sanitário especial fica sujeita à retenção da receita pelo estabelecimento farmacêutico.</b>
	§ 1º <b>A dispensação de medicamentos de uso controlado de venda sob prescrição somente poderá ser efetuada mediante receita em duas vias, sendo a 1ª via - retida no estabelecimento farmacêutico e a 2ª via – devolvida ao paciente, atestada, como comprovante do atendimento.</b>	<b>Parágrafo único. O órgão sanitário competente determinará, em regulamento específico:</b>
	§ 2º <b>As prescrições somente poderão ser dispensadas quando apresentadas de forma legível e sem rasuras, por profissionais devidamente habilitados e contendo as seguintes informações:</b>	

## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2011

2

Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973	Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2011	Emendas da Comissão de Assuntos Sociais
	I - nome do medicamento ou da substância prescrita sob a forma de Denominação Comum Brasileira (DCB), dosagem ou concentração, forma farmacêutica, quantidade (em algarismos arábicos e por extenso) e posologia;	I – as substâncias e os medicamentos que ficam sujeitos a controle sanitário especial;
	II - identificação do emitente: nome do profissional com sua inscrição no Conselho Regional ou nome da instituição, endereço completo, telefone, assinatura e marcação gráfica (carimbo);	II – as condições para a venda e a dispensação de medicamentos sob regime de controle sanitário especial;
	III - identificação do usuário: nome completo;	III – as informações que as prescrições devem conter;
	IV - identificação do comprador: nome completo, número do documento oficial de identificação, endereço completo e telefone (se houver);	IV – as informações que serão prestadas, ao órgão sanitário competente, pelo estabelecimento farmacêutico que vende ou dispensa medicamentos sob regime de controle sanitário especial.’ (NR)”
	V - data da emissão; e	
	VI - identificação do registro de dispensação: anotação da data, quantidade aviada e número do lote, no verso.“ (NR)	
	Art. 2º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.	